

DIPLOMACIA DE RESULTADOS

Roberto Rodrigues*

A espetacular negociação que deu origem à Parceria Econômica Regional Abrangente (tradução da sigla RCEP - Regional Comprehensive Economic Partnership), fechada em 15 de novembro passado, nasceu de uma ideia de 8 anos atrás, que procurava criar para a China uma oposição à influência norte-americana na região do Sudeste Asiático durante o governo Obama.

Agora o RCEP se transformou em realidade, juntando 10 países do Sudeste Asiático (Tailândia, Filipinas, Malásia, Singapura, Indonésia, Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos e Camboja, além de China, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia). Trata-se de um acordo monumental, englobando perto de um terço da população mundial, quase 30% do PIB planetário, e outro tanto de comércio global. E a Índia ficou fora: embora estivesse participando das negociações prévias, desistiu de seguir em frente em 2019 com a preocupação de que tarifas reduzidas no gigantesco bloco criassem problemas para seus produtores.

Muitos analistas consideram o RCEP uma evolução em relação à Parceria Transpacífica (TPP), esnobada por Trump em 2017 e que não incluía a China. Aquele acordo de livre comércio, assinado em outubro de 2015 depois de anos de debates, abrigava 12 países banhados pelo Oceano Pacífico e envolvia questões não apenas comerciais, mas também econômicas e até políticas. Os objetivos estabeleciam: “apoiar a criação e manutenção de postos de trabalho, reforçar a inovação, a produtividade e a competitividade; elevar padrões de vida, reduzir a pobreza nos países membros, promover a transparência, a boa governança e a proteção ambiental”.

Agora a ambição aumentou por causa do tamanho do novo bloco e, naturalmente, pela entrada da China, hoje o nosso maior mercado. E se sucedem estudos para entender que reflexos o RCEP poderia trazer a este setor que tem sistematicamente salvo o saldo comercial brasileiro ao longo das últimas décadas.

Alguns países já são nossos concorrentes há anos: Austrália é forte produtora de carnes e de açúcar; a Tailândia concorre também no mercado açucareiro; o Vietnã é grande produtor de café, Malásia de borracha e óleo de palma, e assim por diante. Ainda é um pouco cedo para ter clareza de como seremos impactados pelo novo acordo, mas dois fatos são evidentes: vai melhorar a competitividade dos países signatários nas cadeias globais de valor e, por outro lado, os resultados não serão imediatos, vão demorar a acontecer.

No entanto, fica ainda mais evidente um certo “isolamento” do Brasil em acordos de proporções significativas, como é o desejado entre a União Europeia e o Mercosul. E enquanto patinamos nisso, apesar dos esforços ingentes da nossa ótima Ministra da Agricultura, os países europeus vão fortalecendo a Política Agrícola Comunitária - a PAC -, dando ênfase crescente às questões ambientais e das mudanças climáticas, numa direção que se choca com as versões exageradas quanto ao pouco caso do Brasil quanto a estes temas. Está passando da hora de corrigirmos esta imagem errada acabando com as ilegalidades existentes,

comunicar a sustentabilidade do nosso agronegócio e fortalecer a diplomacia de resultados que nos coloque num tabuleiro tão grande quanto o RCEP.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Titular da Cátedra de Agronegócios da USP.**